

PROFISSÃO: POLICIAL MILITAR – UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MILITARES ACERCA DA PRÁTICA PSICOLÓGICA EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Adriane C. Rocha Gonçalves¹
Vanina Costa Dias²

RESUMO

A presente investigação tem como tema as contribuições das práticas da Psicologia no ambiente da Polícia Militar. O contexto das atividades desses profissionais, aliado às cobranças sociais e da instituição podem gerar estresse e sofrimento psíquico. Partindo-se do pressuposto que a função do agente militar acarreta tais enfermidades, levantou-se a seguinte questão: Como policiais militares de um Batalhão da Polícia Militar do interior de Minas Gerais percebem a importância das práticas da psicologia em suas atividades profissionais? A partir dessa questão, desenvolveu-se esse estudo que objetiva compreender como os policiais percebem a importância das práticas da psicologia nas suas atividades profissionais. Para o alcance desse objetivo, buscou-se verificar as dificuldades encontradas pelos policiais na busca pelo atendimento psicológico; descrever a percepção dos policiais militares sobre as práticas psicológicas desenvolvidas no batalhão; analisar como policiais militares buscam alternativas para a prevenção e tratamentos dos problemas psíquicos provenientes do seu trabalho. O estudo se justifica pela importância em compreender a efetividade das contribuições da psicologia na prevenção e cuidados psicossociais dos militares. Através de uma metodologia qualitativa, de natureza descritiva, exploratória, realizou-se um estudo de caso com 30 militares lotados em um Batalhão da Polícia Militar em Minas Gerais. Empregou-se uma entrevista estruturada com questões objetivas e abertas, aplicadas através do *Google Forms*. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados evidenciaram uma percepção positiva pelos servidores militares frente as práticas do profissional da psicologia no ambiente militar, porém, paradigmas precisam ser desconstruídos.

Palavras-chave: Polícia Militar. Adoecimento psíquico. Contribuições da Psicologia.

ABSTRACT

The present investigation has as theme the contributions of Psychology practices in the Military Police. The context of these activities, combined with social and institutional demands, can generate stress and psychological suffering. Based on the assumption that the role of the military agent entails such diseases, the following question arose: How do military police officers from a Battalion of the Military Police in Minas Gerais perceive the importance of psychology practices in their professional activities? From this question, this study was developed that aims to understand how police officers perceive the importance of psychology in their professional activities. To achieve this goal, we sought to verify the difficulties encountered by the police in the search for psychological assistance; describe the perception of military police officers about the psychological developed in the battalion; analyze how military police search for alternatives for the prevention and treatment of psychological problems arising from their work. The study is justified by the importance of understanding the contributions of psychology in the prevention and psychosocial care of the military. Through a qualitativemethodology, of a descriptive, exploratory nature, a case study was carried out with 30 military personnel stationed in a Military Police Battalion in Minas Gerais. We used a interview with objective and open questions, applied through *Google Forms*. The data were analyzed based on the Bardin Content Analysis. The results showed a positive perception by the military servants regarding the practices of the psychology in the military environment, however, paradigms need to be deconstructed.

Key words: Military police. Psychic illness. Contributions of Psychology.

¹Graduanda em Psicologia, Bacharelado, pela Faculdade Ciências da Vida (FCV). *E-mail:* adrianyrochamg@gmail.com

² Psicóloga, Doutora em Psicologia, Coordenadora e Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida (FCV). *E-mail:* vaninadias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Todo cidadão tem direito à segurança pública conforme estabelecido no art. 144 da Constituição Federal de 1988, cabendo à Polícia Militar o policiamento ostensivo e a ordem pública. Para que a segurança se efetive, o Policial Militar busca coibir o crime e a violência e se engaja na missão de forma a cumprir seu juramento se dedicando ao labor, “mesmo com o sacrifício da própria vida” (PMMG, 2016). Para o enfrentamento das situações imprevisíveis e adversas que compõem o ambiente militar, torna-se primordial que os agentes sejam capacitados, qualificados e preparados, tanto na parte física quanto psicológica, pois diariamente, encaram o crescimento da criminalidade e os problemas na segurança pública que acometem a sociedade brasileira. Como afirma Macedo (2016), o contexto das atividades dos policiais, aliado às cobranças dos cidadãos, como também institucionais, o constante estado de alerta, podem produzir estresse e sofrimento psíquico nestes trabalhadores.

Diante desse panorama, este estudo se justifica pela importância em compreender a efetividade das contribuições que a psicologia pode oferecer para a prevenção e cuidados psicossociais dos policiais militares. Observando que se trata de uma profissão que possui uma rotina desgastante, vislumbrou-se a necessidade de desenvolver uma pesquisa com ênfase em possibilitar uma reflexão/investigação acerca de como essa rotina interfere na saúde psíquica desses sujeitos. Acredita-se ser um trabalho relevante pela razão da escassez de literatura abordando questões que tratam da saúde psicológica do profissional militar. Assim, o presente artigo traz relevâncias sociais para o público-alvo ao apontar as contribuições da psicologia para a qualidade de vida desses indivíduos e auxiliar projetos de inserção do serviço psicológico voltados para a prevenção, acolhimento e aporte aos policiais.

Partindo do pressuposto que a função do agente militar acarreta enfermidades físicas e psíquicas, e que a psicologia pode proporcionar melhorias na qualidade de vida, levantou-se a seguinte questão norteadora: como policiais militares de um Batalhão da Polícia Militar de uma cidade do interior de Minas Gerais percebem a importância das práticas da psicologia junto as suas atividades profissionais? Tendo em vista que a rotina é laboriosa e interfere diretamente em sua saúde psicológica, a investigação tem por objetivo geral, compreender como os policiais percebem a importância das práticas da psicologia nas suas atividades profissionais. Como objetivos específicos, destaca-se verificar as dificuldades encontradas pelos policiais acerca da busca pelo atendimento psicológico; descrever a percepção dos policiais militares sobre as práticas psicológicas desenvolvidas no batalhão; analisar de que forma os policiais buscam alternativas para a prevenção e tratamentos das questões psíquicas

provenientes do seu trabalho; descrever as contribuições da psicologia para a melhoria da qualidade de vida dos militares.

Utilizou-se na pesquisa a metodologia qualitativa, de natureza descritiva, exploratória. Com a finalidade de alcançar os objetivos, foi realizado um estudo de caso com 30 militares lotados em um Batalhão da Polícia Militar de uma cidade do interior de Minas Gerais. A coleta de dados deu-se através de entrevista estruturada com questões objetivas e abertas, aplicadas através do *Google Forms*. Analisou-se os dados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin em diálogo com autores e pesquisadores da Psicologia Social que estudam essa temática, conforme será demonstrado no referencial teórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROFISSÃO: POLICIAL MILITAR

Está alicerçado na Constituição Federal de 1988, no art. 144 que é dever do Estado que todo cidadão tenha direito à segurança pública, ficando definido no § 5º que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988, pág.100). A Polícia Militar é uma instituição com pilares balizados pela hierarquia e disciplina (SILVA, 2016), e os policiais militares, desempenham um papel relevante e essencial para a população (FERREIRA, 2016). Os agentes de segurança pública estão constantemente expostos à situações de muita pressão, pois cabe a eles a proteção e o zelo pela segurança de todos, inclusive a sua própria, uma vez que lidam diretamente com a violência e com o risco de morte. Estes são fatores que contribuem de forma significativa para a elevação do estresse e debilitam a sua saúde mental (FERREIRA *et al.*, 2017).

Sendo uma atividade que envolve o combate à criminalidade e a manutenção da proteção e segurança, os profissionais da área encontram-se sempre em visibilidade. Ademais, o militar, sendo um agente da lei, não fica a serviço somente durante o cumprimento de sua escala no expediente de trabalho, devendo estar vigilante também durante seus momentos de descanso (LIPP; COSTA; NUNES, 2017). Isto posto, Winter e Alf (2017) acrescentam que a profissão do militar necessita preparo psicológico e físico, visto que, a peculiaridade do ofício os colocam disponíveis para servir à sociedade a todo instante.

2.2 OS ASPECTOS DA RELAÇÃO TRABALHO-SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA

O labor do profissional militar é tratado por Bolba e Martins (2018), como um dos mais consideráveis no Estado, pelo desempenho do seu papel como a proteção do cidadão e o combate à violência. Ribeiro e Bandeira (2018) endossam que o ofício do policial militar se torna ainda mais importante, pois ele vai além do combate da criminalidade propriamente dita, uma vez que este servidor se envolve em outras funções na sociedade, muitas vezes imprevistas, como: a realização de partos, salvar vidas de recém-nascidos, atitudes de benevolência, resgate a animais abandonados, entre outros.

No que diz respeito à relação saúde e trabalho dos agentes, Pinheiro e Farikoski (2016) assinalam que a classe está mais suscetível ao adoecimento psicológico, tendo em vista que atuam diretamente com a criminalidade, situações diversas e insegurança. Cunha (2018) complementa que cobranças da instituição, criminalidade crescente, incompreensão e falta de reconhecimento da sociedade frente aos serviços prestados, desatenção do Estado com a classe trabalhadora, falta de equipamentos, horas de serviço aumentada, são fatores que prejudicam saúde psicológica do militar.

Nesta mesma linha de pensamento, De Moraes e Vieira (2019) afirmam que as ações executadas pelo policial militar apresentam elementos prejudiciais como, atuação em locais nocivos, cansaço físico, mental e emocional, refletindo negativamente em sua saúde, apresentando danos para o desempenho de sua função e qualidade de vida. Os profissionais militares estão inseridos em uma das atividades com características laborais que geram estresse, desgaste físico e emocional e são perceptíveis devido à natureza do seu trabalho e do perigo iminente que os permeia (REIS; OLIVEIRA, 2018).

No cotidiano, percebe-se que os profissionais da área se apropriam do ofício de forma intensa, visando o cumprimento do dever em prol do bem da população, porém, todo empenho e esforço não são reconhecidos ou considerados, pois, o amparo do Estado e os proventos almejados pelos policiais, têm se tornado difíceis de adquirir (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2019). Ainda, o descrédito profissional, as adversidades e as imprevisibilidades, afetam a psique desses indivíduos de forma negativa (BARBOSA; MENEZES, 2017).

Santos, Hauer e Furtado (2019) indicam que, entre os tipos de transtornos que atingem estes profissionais, os mais comuns são a depressão, o transtorno de humor bipolar, os distúrbios do sono, o transtorno de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, abuso de álcool, bem como uso desregrado de fármacos controlados. Ascari *et al.* (2016) acrescentam que o desenvolvimento da Síndrome do *Burnout*, é uma das causas decorrentes da atividade laboral do militar. Vieira e Russo (2019) conceituam *Burnout* como uma resposta à estafa, ao cansaço, tanto físico, quanto mental, provenientes do ofício desempenhado. Santos

(2019) ressalta que esta doença pode ser resultado do estresse ocupacional adquirido no ambiente de trabalho e sua gravidade pode ter como consequência, o suicídio.

No que diz respeito ao suicídio, Silva e Bueno (2017) declaram que tal ato entre policiais militares, se deve pelo acúmulo de agentes estressores, podendo estar associado a impasses interpessoais, bem como, questões profissionais. Fato confirmado no Boletim de Notificações de Mortes Violentas Intencionais e Tentativas de Suicídios entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil, publicado em Junho de 2019 pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção (Boletim GEPeSP), ao enfatiza que, do total dos casos relatados envolvendo policiais militares (n= 64), 59% correspondem a notificações de suicídio e 19% tentaram suicídio. Referente ao local do fato, 15% do total de mortes por suicídio em 2018 ocorreram no ambiente de trabalho dos trabalhadores da segurança pública. Este percentual leva a problematizar a relação entre o suicídio e os fatores ocupacionais. Comprovou-se que nos casos de suicídio consumado ou tentativa, os problemas de saúde mental foram os mais citados. Essa mesma pesquisa demonstra que a segurança pública é uma função com grande expectativa de morte por suicídio, sendo necessário abordar e tratar desse e os demais fenômenos relativos ao adoecimento que tem acometido tal classe.

2.3 POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL PARA O POLICIAL MILITAR

Borges *et al.* (2017), anunciam que assuntos referentes a doença mental e saúde, antigamente não tinham foco no trabalho, tanto pelas indústrias, quanto pelas organizações. Nas instituições militares, especificamente em Minas Gerais, Souza e Lopes (2017) informam que a inserção de psicólogos para o atendimento dos policiais se deu a partir dos anos de 1980, devido à preocupação da instituição com seus profissionais, no que concerne à sua saúde mental, contudo, o trabalho nos processos de recrutamento e seleção, e na formação e treinamento dos recrutas, era exercido por um psicólogo civil e praças com formação em Psicologia. A partir do ano de 1987, a inclusão dos psicólogos como membros efetivos da corporação começou, de fato, através da realização de concursos públicos. Ainda, essas mesmas autoras, evidenciam que os psicólogos admitidos através do concurso público enfrentaram desafios, uma vez que foi preciso explicar sobre a Psicologia na instituição, já que as escutas psicológicas eram realizadas na época, por Capelães (SOUZA; LOPES (2017).

Ao abordar sobre adoecimento psicológico com agentes da segurança pública, percebe-se um complicador, visto que, segundo Dos Anjos e de Souza (2017), existe uma

visão de preconceito sobre o assunto e muitas vezes é evitado dentro da corporação. Esta afirmativa é corroborada por Borba e Costa (2018), que informam existir uma censura relacionada ao adoecimento psíquico que prevalece no meio militar, sendo visto de forma preconceituosa por chefes e colegas, fortalecendo o tabu em torno do seu tratamento e o psicólogo sendo um membro da corporação, cria-se outro fator, que se relaciona ao medo de que as dificuldades relatadas possam chegar aos superiores, fazendo com que os militares evitem a busca por ajuda na própria corporação.

Abreu, Miranda e Murta (2016) relatam que a prevenção em saúde mental objetiva a melhoria da qualidade de vida do sujeito, com a pretensão de minimizar fatores que prejudicam o indivíduo. Para este processo, a psicologia se apropria de diversas abordagens que poderão contribuir para a classe trabalhadora. Os processos terapêuticos, o atendimento psicológico individual e coletivo, as dinâmicas, palestras, seminários, promoção de programas que visem a qualidade de vida, rodas de conversa e outras técnicas, podem ser aplicadas para contribuir na condição do sofrimento emocional dos policiais que são humanos como qualquer outro cidadão civil (ANDRADE, 2018).

As intervenções realizadas por um psicólogo na instituição, segundo Borges *et al.* (2017), terão benefícios significativos e eficazes, uma vez que há a possibilidade deste profissional considerar o contexto e as particularidades do sujeito militar podendo assim, lhe oportunizar o controle das emoções e de seus impulsos durante o desenvolvimento de suas atividades, vindo a contribuir para melhorar a saúde psíquica e o processo de autoconhecimento, minimizar o sofrimento psicológico, evitar os agravos na saúde e afastá-los da ideação suicida e do suicídio consumado. É necessário também, trabalhar a resistência e o preconceito frente à procura pelo profissional da saúde que, quando em adoecimento, busca pelo tratamento, quebrando o estigma de fraqueza dentro da classe, já que, conforme referenciado por Costa e Amaral (2018), os agentes adoecidos, evitam a procura pelo tratamento devido aos impasses hierárquicos, como a repressão e também, por motivo de constrangimento frente a colegas e familiares (COSTA; AMARAL, 2018).

Durante as intervenções, é preciso que se abra um espaço de escuta e acolhimento para estes sujeitos, estabelecendo uma relação de confiança e proximidade de forma que eles se sintam à vontade para uma reestruturação psíquica, conquistem melhor qualidade de vida social, familiar, profissional e pessoal, haja vista que, conforme dito por Babolim, Becker e Guisso (2017), no cenário vivido pelo policial, os recursos da psicologia podem viabilizar a obtenção de resultados positivos e a promoção do seu bem-estar.

3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto por essa investigação, utilizou-se de uma abordagem metodológica qualitativa que, segundo Minayo (2001), é aquela aplicada ao estudo das histórias, das percepções, das crenças e das interpretações a respeito de como sentem, pensam e vivem as pessoas. Refere-se a uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória que, conforme Gil (2002) tem a intenção de aproximar-se daquilo que está sendo investigado e conseqüentemente contribuir para aquisição de conhecimento. O levantamento bibliográfico contou com o auxílio de publicações referentes ao tema do período de 2016 a 2020. O acesso aos artigos científicos e periódicos partiu de sites confiáveis, utilizando-se de plataformas como o *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PePSIC, Google Acadêmico e o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para a coleta de dados utilizou-se do método de estudo de caso, realizando uma entrevista estruturada com questões objetivas e abertas, aplicadas através do *Google Forms* tendo em vista a situação social e de saúde pública vivida no país neste momento. A pesquisa foi autorizada após atendimentos das normas da instituição e da confirmação da anuência dos militares através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), enviado no ato do convite. A entrevista foi aplicada a 30 policiais militares lotados em um Batalhão da Polícia Militar de uma cidade do interior de Minas Gerais e buscou levantar os aspectos que impactam na saúde psíquica destes profissionais, abordando questões sobre os fatores de adoecimento físico e psicológico dos militares e, conseqüentemente, a importância e as contribuições da psicologia para a melhoria da qualidade de vida psíquica.

Na análise de dados empregou-se a análise de conteúdo. Entende-se a análise de conteúdo como um grupo de ferramentas de estudo com o propósito de examinar, interpretar ou deduzir o que foi coletado (BARDIN, 1977), em diálogo com os autores e pesquisadores apresentados no referencial teórico, respondendo a partir dessa análise, ao objetivo principal dessa pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O perfil dos participantes se mostrou predominantemente masculino, sendo 87% deste sexo e 13% do sexo feminino. Quanto à faixa etária, esta variou entre 26 a 55 anos, com uma idade média de 37 anos. Nota-se que a grande maioria são casados. Em se tratando do

tempo de trabalho na atividade militar, a média de tempo de serviço é de 13 anos e meio, variando entre 3 e 26 anos. A maioria dos entrevistados presta serviços no setor operacional, 90% e apenas 10% no setor administrativo. Na tabela abaixo, apresenta-se a caracterização dos participantes e, por questões éticas, bem como, com o propósito de preservar a identidade dos indivíduos, os nomes foram substituídos utilizando-se de pseudônimos.

Tabela 1: Caracterização dos policiais militares entrevistados

Nome fictício	Sexo	Idade	Estado Civil	Tempo de trabalho na PM	Tipo de atividade
Luciano	Masculino	48	Casado	26	Operacional
Jhony	Masculino	29	Casado	11	Operacional
Arthur	Masculino	30	Solteiro	3	Operacional
Miguel	Masculino	55	Casado	26	Operacional
Edson	Masculino	39	Casado	13	Operacional
Pedro	Masculino	43	Casado	18	Operacional
Felipe	Masculino	43	Casado	25	Operacional
Alex	Masculino	30	Casado	6	Operacional
Marcelo	Masculino	42	Casado	18	Operacional
Lucas	Masculino	47	Casado	25	Administrativa
Douglas	Masculino	28	Casado	5	Operacional
Daiana	Feminino	32	Solteiro	3	Operacional
Eduardo	Masculino	31	Separado/div.	12	Operacional
Fernando	Masculino	29	Solteiro	3	Operacional
Thamara	Feminino	30	União estável	3	Operacional
Beto	Masculino	26	Solteiro	4	Operacional
Michel	Masculino	39	Casado	13	Operacional
Renan	Masculino	47	Casado	25	Operacional
Fábio	Masculino	50	Casado	24	Operacional
The rock	Masculino	34	Casado	12	Operacional
João	Masculino	42	Casado	14	Operacional
Mike 1	Masculino	37	Casado	13	Operacional
Sandy	Feminino	38	Casado	13	Operacional
PP	Masculino	30	Casado	9	Administrativa
Walter	Masculino	35	Casado	7	Operacional
Silvana	Feminino	36	Casado	12	Operacional
Roberto	Masculino	38	Casado	15	Operacional
Ronaldo	Masculino	46	Casado	26	Operacional
Cássio	Masculino	32	Solteiro	11	Administrativa
Família	Masculino	34	Casado	11	Operacional

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os diversos fatores que motivaram a escolha pela carreira militar, os que mais se destacaram foram: realização pessoal e vocação, seguido pela estabilidade profissional. Houve também o apontamento para o desejo de ajudar no combate à criminalidade e zelar pela integridade do cidadão. A possibilidade de ascensão na carreira militar foi apontada pela maioria dos entrevistados como um dos pontos positivos para o ingresso na carreira, seguido pelo acesso ao plano de saúde, remuneração satisfatória, união da classe, realização pessoal,

bem como, a oportunidade de auxiliar o próximo e a estabilidade profissional. Alguns participantes também mencionaram como aspectos positivos do trabalho, a satisfação ao servir a sociedade, o apontamento de todos os itens, o auxílio ao próximo e a participação no combate à criminalidade.

A partir desses dados e dos demais depoimentos apresentados, elegeu-se três categorias de análise, que foram ajustadas com fundamento nos objetivos da pesquisa que também nortearam as perguntas de entrevista que tiveram o intuito de conhecer de que forma a psicologia pode auxiliar no bem-estar dos policiais, uma vez que o tipo de ocupação pode acarretar adoecimento psíquico. Foram elas: adoecimento físico e psicológico decorrentes da carreira militar; a busca pelo atendimento psicológico como forma de amenizar os sintomas e o enfrentamento do adoecimento psíquico; a importância da presença do psicólogo na corporação.

4.1 ADOECIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DECORRENTES DA CARREIRA MILITAR

A atividade militar está inserida num cenário de características que, de acordo com Reis e Oliveira (2018), apresentam desgastes físicos e emocionais. Os entrevistados foram questionados se possuem algum sintoma físico relacionado ao trabalho e os dados apontam o predomínio da fadiga e do cansaço, sendo relatados por 26% dos militares. 24% deles são atingidos por dores musculares. Dores de cabeça e enxaqueca foram assinaladas por 20% dos entrevistados. No que diz respeito aos sintomas psicológicos, verificou-se na pesquisa que 17% dos militares apresentam sintoma de ansiedade, seguido do estresse, irritabilidade, insônia, desinteresse por atividades sociais e depressão. Ressalta-se que, 4% dos militares apresentaram ter, como sintoma psíquico, a ideia suicida.

Quando questionados acerca da principal dificuldade enfrentada no trabalho, 40% dos policiais militares manifestaram que a falta de reconhecimento e desvalorização pela sociedade é a sua maior dificuldade. Outra dificuldade considerada foi a desvalorização pelo estado. Estes resultados são corroborados por Cunha (2018), ao evidenciar que a incompreensão e a falta de reconhecimento da sociedade frente aos serviços prestados, desatenção do estado, falta de equipamentos e horas de serviço aumentadas, são fatores que se apresentam como dificuldades e prejudicam saúde psicológica do militar, conforme os relatos:

*“A profissão não é ruim. Ruim é o que as pessoas pensam dela. Desmotivada.”
(Edson, 39 anos)*

“Não poder gozar dos meus direitos como profissional, cidadão e pai, e a total desvalorização, bem como ser tratado como uma força de manobra”. (Walter, 35)

Como se percebe, ao questionar o próprio policial sobre sua escolha e sobre o dia-a-dia da sua prática apresenta-se à discussão, as dificuldades e frustrações que fazem parte da carreira de quem quer ser policial militar chamando a atenção para as especificidades da profissão e as circunstâncias pertencentes ao lugar ocupado por ele na sociedade.

4.2 A BUSCA PELO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO COMO FORMA DE AMENIZAR OS SINTOMAS E O ENFRENTAMENTO DO ADOECIMENTO PSÍQUICO

O trabalho da polícia militar é visto por Pinheiro e Farikoski (2016), como um trabalho que tende ao adoecimento psíquico, devido ao tipo de atividade que é exercido. Entretanto, Gonçalves e Lustosa (2017) demonstram que, as características da carreira afastam o militar da procura por um aporte psicológico. Muitos não reconhecem essa necessidade e pode ser um empecilho para seu movimento em direção ao profissional.

Foi possível perceber que 90% dos entrevistados consideram de grande importância a presença do psicólogo na área militar, entretanto apenas 60% já haviam buscado ajuda psicológica por causa do trabalho. As razões apontadas diversificam como, *“Apoio na superação das dificuldades com ansiedade”* que foi o caso de Lucas, (47 anos). Já Silvana, (36 anos) o motivo foi *“Devido a perseguição no ambiente de trabalho por superiores”*. Fábio (50 anos) buscou apoio psicológico por questões de *“Irritabilidade”*. Alguns militares justificaram o acesso ao profissional por causa do estresse, aceitação, problemas por questões financeiras, crises de pânico, vivência em situação atípica, desabafo, ideação suicida, acidente no trabalho, preparação para prova, problema familiar, conforme algumas demonstrações:

“Crises de ansiedade com princípio de síndrome do Pânico”. (Jhony, 29 anos)

“Pensamentos suicidas”. (Edson, 39 anos)

“Devido depressão e ter TAB, meu casamento não estava indo bem aí eu e minha esposa achamos melhor procurar este profissional”. (Ronaldo, 46 anos)

Esses e outros argumentos revelam que os policiais entrevistados buscam o atendimento psicológico no ambiente militar por se tratar de um serviço especializado e de acesso rápido quando dele se faz necessário, para tratar, tanto aspectos relacionados ao trabalho, quanto à sua vida pessoal. Policiais apontam que, o fato de o especialista em

psicologia estar à disposição neste local, pode amparar e oferecer suporte com qualidade para aqueles que carecem do seu apoio. Para Marcelo (42 anos) essa relevância traz benefícios, tendo em vista que o psicólogo, estando presente na corporação pode *“conhecer toda a tropa do batalhão e assim socorrer mais rápido”*. The Rock, (34 anos), contribui ao opinar que *“por ser "militar" conhece mais de perto os problemas alguns que os militares enfrentam”*. Isto é confirmado por Martins e Gischewski (2017), quando dizem que o atendimento psicológico prestado por um oficial da instituição, permite a assistência de forma mais eficaz devido ao conhecimento das mazelas que transpassam o ambiente, que é comum para o paciente e o terapeuta.

Os relatos confirmam que os serviços prestados pelo profissional de psicologia têm seu grau de positividade dentro do espaço laboral para tratar com mais agilidade e eficácia as questões relacionadas ao ofício, sendo considerada importante, conforme demonstram as narrativas a seguir:

“Considero importante, devido ao grande número de policiais com necessidade de acompanhamento e tratamento”. (Felipe, 43 anos)

“A presença de um psicólogo próximo ao Militar é de extrema importância, tendo em vista, que, os efeitos dos estresses diários da função de ser militar, ocasiona reações diferentes em cada pessoa, sendo necessário um acompanhamento de um profissional qualificado para diagnosticá-lo e acompanhá-lo”. (Beto, 26 anos)

Também foi observado que alguns servidores demonstraram resistência pela ajuda psicológica, seja pelo fato de não apresentarem fatores para tal ou por não considerar necessária. Entretanto, os mesmos afirmam ter apresentado algum tipo de sintoma psicológico durante o serviço, assim, percebe-se que há motivos particulares, não revelados e também algum tipo de dificuldade que implica nessa resistência, tendo em vista que são sintomas que merecem atenção e cuidado, como exemplo, a depressão e a ideação suicida. Diante do exposto, retoma-se o que foi referenciado por Dos Anjos e De Souza (2018), ao evidenciarem o preconceito e constrangimento acerca do tema adoecimento psíquico, que é frequente no espaço militar, podendo muitas vezes, dificultar a demanda do apoio pela melhora do seu estado de saúde mental.

4.3 A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO PSICÓLOGO NA CORPORAÇÃO

Como apontam Gonçalves e Lustosa (2017), a prática da Psicologia em qualquer organização se torna significativa quando sua atuação está associada com a atividade-fim

daquela organização, que se relaciona com o auxílio da gestão organizacional e o amparo ao militar, que pode incluir o atendimento clínico, que colaborará para que esse profissional saiba lidar com as dificuldades desenvolvidas no trabalho. Como foi constatada nessa investigação, a prática psicológica é percebida pelos entrevistados como um auxílio no enfrentamento de situações estressoras diárias, a reorganização de ideias e melhoria na qualidade de vida profissional e pessoal, o conforto e suporte para lidar com as frustrações, problemas e dificuldades pessoais e profissionais e a percepção do trabalho do psicólogo como um amparo ao sofrimento psíquico e controle das emoções, como relatam:

“[...] em uma ocasião foi feito um trabalho psicológico coletivo com a tropa, meu primeiro contato com o profissional, amei muito, foram quebrados muitos opiniões erradas que eu tinha do trabalho de tais profissionais.” (Renan, 47 anos)

“[...] a classe de militares necessita muito do serviço da psicologia, tanto pessoalmente, assim como para prestar um serviço de melhor qualidade para a sociedade” (Sandy, 38 anos)

Como afirmam Reis e Oliveira (2018), os profissionais militares estão inseridos em uma atividade com características laborais que geram estresse, desgaste físico e emocional e essas são perceptíveis devido às características do seu serviço e da ameaça que os permeia. O suporte psicológico, que se mostrar necessário no ambiente militar, é percebido como uma vantagem pelos próprios colegas, como foi relatado por Thamara (30 anos) que vê a importância deste profissional quando ressalta que *“vários militares têm baixo controle emocional e perfil suicida”*. Além dela, outros acrescentam:

“[...] Tem colegas de serviço que não exercitam a fé, ficam sobrecarregados, aí com certeza o profissional de psicologia é a ajuda eficaz, eu reconheço tais profissionais sem dúvidas, e procuraria ou procuro a qualquer momento, caso precisar. (Renan 47 anos)

“[...] essa classe é uma das que mais tem taxa de suicídio entre as profissões. Além disso, boa parte desses militares convive com essas situações seja dando suporte a uma família, ou o próprio militar que tem visto isso como uma saída, ou até mesmo identificar algum colega que apresenta pensamentos suicidas.” (The Rock, 34 anos)

Silva e Bueno (2017) explicam que a ocorrência de suicídio entre policiais militares, se deve pelo acúmulo de agentes estressores, podendo estar associado a impasses interpessoais, bem como, questões profissionais. Em foco, De Oliveira e Silva (2018), sustentam que no Brasil, o suicídio no meio militar tem se apresentado de forma crescente.

Em contraponto a alguns entrevistados, outros militares descreveram como desfavorável a presença do psicológico no ambiente militar, visto que, mencionaram

apresentar o receio de que informações possam ser transmitidas ao comando e superiores, bem como, de ser construída uma imagem negativa daquele militar que busca tal ajuda profissional, como pode ser percebido nas transcrições em destaque:

“O psicólogo na PM , tem outra função que é de oficial e muitas vezes ele acaba não sendo ético não guardar o que ocorre na consulta”. (Luciano, 48 anos).

“que dependendo do problema eles levam a conhecimento do CMT que muitas das vezes tira o militar da atividade, que ele gosta e consegue esquecer parte dos problemas, ou mesmo recolhe o armamento do militar o que eu acho que muitas das vezes acaba piorando o lado emocional do policial”. (Pedro, 43 anos)

É percebida nas afirmações, a resistência para se consultar com um oficial psicólogo. O receio à exposição e a necessidade da intervenção psicológica para esses militares faz com que eles proponham a “*ampliação da rede de psicólogos credenciados*”, como dito por Daiana (32 anos), bem como haja “*profissionais civis atuando fora das dependências da instituição*”, como aponta Mike 1, (37 anos).

Para um melhor fortalecimento das ações do psicólogo nas corporações, os trabalhadores sugerem atividades como palestras, exames periódicos e o aumento do número de profissionais nos batalhões o que pode gerar, além da quebra do preconceito, um melhor entendimento do tipo de trabalho desenvolvido pela área de psicologia no espaço profissional, como se vê nas afirmações a seguir:

“Trabalho preventivo com mais constância, para que o profissional se torne mais acessível e os militares tenham menos receio em procurar auxílio caso necessitem. Reavaliações constantes do estado psicológico dos policiais através dos diversos métodos que a psicologia dispõe.” (Arthur, 30 anos)

“[...] tem que deixar a relação de subordinação de lado, pois quem tem problemas psicológicos já está em uma situação de vulnerabilidade. [...] tentar atender o militar imediatamente, mesmo que para isso ele precise, por exemplo, de fazer uma só ligação para acionar o profissional. [...] implantar um sistema de avaliação das situações de trabalho de cada subunidade periodicamente.” (Fernando, 29 anos)

Nota-se nas afirmativas que diversos policiais já se colocam de forma mais aberta e humanizada diante das dificuldades apresentadas e os impactos que elas trazem para sua vida pessoal e profissional, apontando a importância de uma intervenção que possa torná-los menos susceptíveis ao adoecimento no exercício de sua profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa partiu do questionamento de como policiais militares de um Batalhão

da Polícia Militar do interior de Minas Gerais percebem a importância das práticas da psicologia em suas atividades profissionais e a partir dos depoimentos apresentados, constatou-se um índice considerável de adoecimento físico e mental presente entre esses profissionais, demonstrando a necessidade de apoio psicológico para estes servidores, confirmando assim os pressupostos deste artigo. Considera-se que esse adoecimento relaciona-se ao sentimento de desvalorização e falta de reconhecimento, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, bem como pela pressão e cobranças recebidas de modo geral e pelas características do trabalho exercido.

Identificou-se que os militares avaliam de grande relevância a presença de um psicólogo na instituição, visto que, além de se ter fácil acesso a este profissional, ele está disponível para prestar aos servidores um atendimento especializado, imediato e de qualidade. Contudo ainda há uma desconfiança e resistência pela busca de ajuda por um psicólogo oficial da instituição, haja vista o receio de que informações do atendimento psicológico sejam repassadas para o comando e venham a gerar uma imagem negativa quanto às suas características. Diante disso, alguns militares consideram necessária a ampliação de uma rede credenciada para que não haja exposição ao serem atendidos na própria corporação, uma vez que se sentem notados ao buscar por um psicólogo neste espaço.

Tendo em vista a questão que norteou essa pesquisa e como principal contribuição, confirma-se a necessidade de uma maior aproximação do profissional da psicologia para com os militares, no intuito de desconstruir essa barreira e proporcionar uma nova consciência acerca do papel do psicólogo na saúde mental e também junto à corporação, bem como, proporcionar a redução do distanciamento e facilitar o movimento do policial ao encontro terapêutico dentro da instituição. A segurança pública é uma necessidade e a missão desempenhada pelos agentes exige experiência e controle, tanto nos aspectos físicos, quanto psíquicos. Isso posto, é oportuno que sejam construídos programas voltados à prevenção e ao tratamento destes aspectos, de modo a oferecer o suporte necessário à saúde integral dos policiais, sendo, portanto, considerável refletir sobre as particularidades que envolvem essa profissão.

Este trabalho se restringiu à percepção dos policiais militares de um Batalhão no interior de Minas Gerais acerca da presença e atuação do psicólogo junto à essa população e teve como principal dificuldade o impedimento das entrevistas ocorrerem de forma presencial por questões de saúde pública que o país se encontrava à época da realização da pesquisa, devido ao distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19. O estudo trouxe dados que apontam para a necessidade de pesquisas futuras com policiais e psicólogos inseridos na

Polícia Militar, de modo a investigar sobre a prática da psicologia nos batalhões e os principais desafios que os profissionais psicólogos enfrentam dentro da corporação, posto que, esse trabalho neste ambiente ainda encontra resistência, tabus e paradigmas a serem desconstruídos.

REFERÊNCIAS

ABREU, S.; MIRANDA, A. A. V.; MURTA, S. G. Programas Preventivos Brasileiros: Quem Faz e como é feita a prevenção em saúde mental? **Psico USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 1, p. 163-177, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v21n1/2175-3563-pusf-21-01-00163.pdf>. Acessos em: 19 de ago. 2019.

ALVES, F. M. S. Segurança Pública, Cidadania e Controle Social. **Revista de Artigos do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/1simposioconstt>. Acessos em: 19 de ago. 2019.

ANDRADE, R. S. **Reflexões acerca da dignidade do policial militar brasileiro no meio ambiente de trabalho**. (Dissertação) Maringá-PR: UNICESUMAR, 2018. 1622 f.; 30 cm. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/988>. Acesso em: 28 de mai. de 2020.

ASCARI, R. A.; DUMKE, M.; DACOL, P. M.; JÚNIOR, S. M.; S. A. S, C. A.; LAUTERT, L. L. Prevalência de risco para síndrome de *burnout* em policiais militares. **Cogitare Enferm.** 2016 Abr/jun; 21(2): 01-10. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44610>. Acessos em: 11 de out. 2019.

BABOLIM, D. A, BECKER; A. P.S e GUISSO, L. Produção de sentidos e fazeres sobre o trabalho de policiais militares catarinenses: um relato de experiência. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.** vol. 39 no.96 São Paulo jan./jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2019000100008. Acesso em: 19 de nov. 2019.

BARBOSA, L. M.; MENEZES, C. N. B. A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. **PsicolArgum.** 2017mar/jun., 35(89), 1- 21. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/25564>. Acessos em: 11 de out. 2019.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977

BOLBA, P. H. T.; MARTINS, A. C. C. **A dignidade do policial militar**. Anápolis, Curso de Formação de Praças da PMGO. Go, Março, 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/1480>. Acessos em: 12 de abri. 2020.

BORBA, T. C. A.; COSTA, L. D. da. **Nem letalidade nem violência policial: uma breve revisão sobre o suicídio policial.** Pelotão Quebec, do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás, junho de 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/905>>. Acesso em: 09 de nov. 2019

BORGES, C. D. B.; GONÇALVES, K. M.; NICARETTA, B.; NOGUEIRA, M. S.. **A importância do psicólogo nas instituições militares de forças auxiliares.** Curso de Formação de Praça, Turma A Luziânia, do Comando da Academia da Polícia militar do Goiás, 2017. Disponível em: <<http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/75>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

BRASIL. Constituição 1988, **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

COSTA, T. M.; AMARAL, E. de P.O.. **Adoecimento psicológico: um risco silencioso enfrentado pelo policial militar.** Curso de Formação de Praças da PMGO – Turma PaPa – 6ª Cia. Goiás/GO, jun/2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1076>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

CUNHA, A.O. **Impacto da atividade profissional militar na saúde mental de policiais.** (Monografia) Faculdade São Francisco de Barreiras-FASB. Barreira, 2018. Disponível em: <http://avef.fasb.edu.br/pluginfile.php/19355/mod_data/content/261/IMPACTO%20DA%20ATIVIDADE%20PROFISSIONAL%20MILITAR%20NA%20SA%20C3%9ADE%20MENTAL%20DE%20POLICIAIS.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2019.

DE MORAIS, E. C.; VIEIRA, A.P. T. **Qualidade de vida dos policiais militares: dificuldades vivenciadas no desempenho de suas funções.** Curso de Formação de Praças da PMGO – Turma PaPa – 6ª Cia. Goiânia - GO, Maio 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1488/1/979020428-2102_Eduardo_Coelho_De_Morais_Deposito_Final_13447_1005415085.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2019.

DE OLIVEIRA, M. F. A.; SILVA, B. D. S. **Fatores decorrentes da função policial que impactam a qualidade de vida do policial militar de Goiás.** Curso de Formação de Praças da PMGO – Turma PaPa – 6ª Cia. Goiânia/GO, Junho de 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/bitstream/123456789/1750/1/978915935-392_Marcos_Frederick_Alves_De_Oliveira_6_ETAPA_13447_1388431678.pdf>. Acessos em: 12 de abri. 2020.

DOS ANJOS, I. E. P.; DE SOUZA, A. A. **A importância da saúde mental no trabalho do policial militar.** Curso de Formação de Praça, Turma A Luziânia, do Comando da Academia da Polícia militar do Goiás. Uruaçu – GO. Junho de 2018. Disponível em: Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1353>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

FERREIRA, L. B. Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016 148 f., il. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20833>>. Acesso em: 12 de abri. 2020.

FERREIRA, L. B.; SANTOS, M. A. F.; PAULA, K. M. de; MENDONÇA, J. M. B.; CARNEIRO, A. F. Risco de adoecimento no trabalho: estudo com policiais militares de um batalhão de polícia de Brasília. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**. v.11, n.29, p. 1804-1829, Maio/Agosto – 2017. Disponível em: <<https://gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2150>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, H. J; LUSTOSA, D. B. S. – Psicologia na polícia militar: Desafios do Âmbito da Cultura organizacional. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, B Hte., 6, 35-50, jan./jun. 2017. LAP. Disponível em: <<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/93>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

LIMA, F. R. B.; OLIVEIRA, A. A. R.; FERREIRA, E. O.; NETO, P. S. P.; BENEVIDES, A. C. S.; LIMA, D.L. F. L.. Identificação preliminar da síndrome de *burnout* em policiais militares. **Motricidade: Edições Desafio Singular** 2018, vol. 14, n. 1, pp. 150-156. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/mot/v14n1/v14n1a20.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. de 2020.

LIPP, M. E. N.; COSTA, K. R. S. N.; NUNES, V. O. (2017). Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: Sintomas mais frequentes. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 17(1), 46-53. doi: 10.17652/rpot/2017.1.12490. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572017000100006&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 11 de out. 2019.

MACEDO, L.M. G. E. **Saúde mental dos policiais militares**: revisão integrativa. 2016. 63 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2016. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7528>>. Acesso em: 30 de mai. 2020.

MARTINS, M.C. G. C., GISCHEWSKI, V. R. O lugar da clínica na prevenção aos agravos em saúde mental: como mensurar o que “não ocorre”. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, B Hte., 6, 51-72, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/periodicos/index.php/psicologia/article/view/94>. Acesso em: 27 de mai. 2020.

MINAYO, M.C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, D. *et al.* **Boletim de Notificações de Mortes Violentas Intencionais e Tentativas de Suicídios**. GEPeSP. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://gepesp.org/2019/08/boletim-de-notificacoes-de-mortes-violentas-intencionais-e-tentativas-de-suicidios/>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

NASCIMENTO, L. S.; OLIVEIRA, I. **Vitimização Policial No Contexto Social**. Curso de Formação de Praça, Turma A Luziânia, do Comando da Academia da Polícia militar do Goiás. Goiás, 19 Jun. 2019. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/2032t>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

PINHEIRO, L. R. S; FARIKOSKI, C. Avaliação do Nível de Estresse de Policiais Militares. **Revista de Psicologia da IMED**, 8(1): 14-19, 2016 - ISSN 2175-5027. RS, 2016. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1250>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

RIBEIRO, J.C., BANDEIRA, T. F.M. N. **A polícia militar contemporânea**. Curso de Formação de Praças da PMGO. Anápolis-Go, Maio 2018. <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1363/1/Júlio%20César%20Ribeiro.pdf>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

REIS, R. V.; OLIVEIRA, E. de P. **Saúde mental e a incidência de estresse associada à atividade de policiais militares**. Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, Guapo-GO, 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1065>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

SANTOS, A. R.. Transtorno de estresse em policiais: índice de crimes relacionados à saúde física e mental. com um viés à síndrome de *burnout*. Curso de Graduação em Direito da UniCesumar. Maringá/PR. 2019. Disponível em: <<http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/5127>>. Acessos em: 12 de abri. 2020.

SANTOS, R. de O. B.; HAUER, R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde** 2019; 20(2):14-27. Disponível em: <<http://www.herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

SILVA, H.M. B. Segurança pública municipal: um estudo sobre a gestão do 2º batalhão de polícia militar frente o aumento da violência e redução do efetivo policial na cidade de Araguaína - TO. 2016. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Logística, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/1823>>. Acessos em: 12 de abri. 2020.

SILVA, M. A.; BUENO, H. P. L. O suicídio entre policiais militares na polícia militar do paraná: esforços para prevenção. **Revista de ciências policiais da APMG São José dos Pinhais**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2017. Disponível em: <http://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-

01/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf>. Acessos em: 12 de abri. 2020.

SOUZA, E. M. C.; ZANOLLA, D.; LOPES, P. B. 30 anos de inserção do trabalho de psicologia na Polícia Militar de Minas Gerais - **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, Belo Horizonte., 6, 11-33, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/periodicos/index.php/psicologia/article/view/227>>. Acessos em: 12 de abri. 2020.

VIEIRA, Isabela; RUSSO, Jane Araújo. Burnout e estresse: entre medicalização e psicologização. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29(2), e290206, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290206> disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2019.v29n2/e290206/pt> Acesso em: 25 de Mar. 2020.

VIROTE, D. C; OLIVEIRA, A. G. **Depressão e suicídio na segurança pública: fatores psicológicos e consequências**. Curso de formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás. Goiânia-GO, Maio de 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1550>>. Acessos em: 18 de out. 2019.

WINTER, L. E., ALF, A. M.. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 671-678, set. 2019. doi: 10.17652/rpot/2019.3.13214. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 de abri. 2020.